



## PRECONCEITO LINGUÍSTICO E EXCLUSÃO SOCIAL

SOARES, Raquel Madeira<sup>1</sup>; COSTA, Laís Braga<sup>2</sup>; AMARAL, Marcel Jardim<sup>3</sup>; MAGAINE, Daniel Laydner<sup>4</sup>; DICETTI, Andrieli dos Santos<sup>5</sup>; CAPORAL, Bibiana da Roza<sup>6</sup>; CORTES, Márcia Della Flora<sup>7</sup>

**Resumo:** A presente pesquisa qualitativa bibliográfica, tem o objetivo de discutir sobre o preconceito linguístico tão presente nos espaços de educação formal. A função social do educador passa também pela coerência em sala de aula. Tomando por base a área de Letras, pode-se dar o exemplo do professor de Português que se baseia fundamentalmente na gramática tendo como principal objetivo corrigir os erros dos alunos. Infelizmente, a nomenclatura de acordo com a gramática normativa é basicamente a preocupação de muitos professores. Isso contribui apenas para reafirmar a exclusão social referente à língua falada pela maioria dos brasileiros. Pois, não estar de acordo com o que a gramática normativa aponta como certo, é motivo de deboche e exclusão por parte de uma minoria que julga deter a sabedoria total a respeito da Língua Portuguesa, e consideram o falar da maioria da população errado. A nomenclatura é basicamente a preocupação de muitos professores, como se língua e gramática fossem a mesma coisa, contestado isso recorre-se a Antunes (2007) ao afirmar que a gramática, sozinha, é incapaz de preencher as necessidades interacionais de quem fala, escuta, lê ou escreve textos. Entende-se que não abrir espaço na sala de aula para debater a variação linguística é uma forma permitir de que o preconceito vença, pois se o professor de língua não se responsabilizar por cumprir o seu papel de apontar ao aluno os motivos que levam uma determinada parte da sociedade à colocar aqueles que falam diferente como errados, burros, enfim, os que falam diferente terão sempre um papel menor na sociedade. Um professor de português que se fixa nos erros gramaticais dos alunos apenas, sabendo o número alarmante de analfabetos e analfabetos funcionais no país, não está cumprindo seu papel de cidadão. Não está também sendo democrático ao apresentar ao aluno apenas uma maneira de se falar Língua Portuguesa.

**Palavras-Chave:** Preconceito linguístico. Educação. Exclusão social.

<sup>1</sup>Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (UNICRUZ). E-mail: raquelmasoares@gmail.com

<sup>2</sup>Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (UNICRUZ). E-mail: lbc.biblio@gmail.com

<sup>3</sup>Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: amaral.marcel@yahoo.com

<sup>4</sup>Acadêmico do curso de Engenharia Química no Centro Universitário Franciscano (UNIFRA). E-mail: dlmm.daniel@gmail.com

<sup>5</sup>Acadêmica de Bacharelado em Administração no Instituto Federal Farroupilha - Campus São Vicente do Sul (IFFar-SVS). E-mail: andrielidicetti.18@gmail.com

<sup>6</sup>Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (UNICRUZ). E-mail: bibiana.caporal@gmail.com

<sup>7</sup>Bibliotecária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus Jaguari. Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil.